



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI

Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico-Administrativo em Educação

Edital nº 024/2014

Cargo: PEDAGOGO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01. Antes de iniciar a resolução das questões, verifique se o Caderno de Provas confere com o Cargo da inscrição e se está completo. Qualquer reclamação deverá ser feita nos primeiros 15 (quinze) minutos após o início da prova.
02. Anote, na capa do Caderno de Provas, o seu número de inscrição e o número da sala.
03. Confira os dados do cabeçalho da Folha-Resposta. Havendo necessidade de correção de algum dado (CPF, NOME ou RG), chame o fiscal para anotar a correção. Para marcar a resposta de uma questão, preencha, totalmente, com caneta azul ou preta, apenas a quadrícula correspondente a sua opção. Não use corretivo nem rasure a Folha-Resposta.
04. Durante a realização das provas, será feita a identificação dos candidatos através da verificação do original do documento de identidade e da coleta da assinatura na Ata de Aplicação e na Folha-Resposta, no campo destinado à assinatura.
05. A duração da prova é de 3 (três) horas e o tempo mínimo de permanência em sala é de 1 (uma) hora.
06. É aconselhável reservar 30 (trinta) minutos para o preenchimento da Folha-Resposta.
07. O candidato, ao terminar a prova, só poderá sair da sala após entregar o Caderno de Prova e a Folha-Resposta.
08. Os dois últimos candidatos só poderão deixar a sala simultaneamente e deverão assinar a Ata de Aplicação.
09. A desobediência a qualquer dessas determinações e o desrespeito ao pessoal da supervisão, coordenação e fiscalização são faltas que eliminam o candidato do concurso.
10. Será eliminado do Concurso o candidato cujo celular estiver ligado durante a realização das provas.
11. Acompanhe o Calendário de Atividades do Concurso, através do endereço eletrônico <http://www.ccv.ufc.br>.

Data: 08/06/2014.

Duração das 15:00 às 18:00 horas

Coloque, de imediato, o seu número de inscrição e o número de sua sala, nos retângulos abaixo.

Inscrição

Sala

01 Uso indiscriminado de antibióticos contribui para superbactérias

02 Prescrição inadequada e automedicação são alguns dos fatores que fortalecem as bactérias. Anvisa
03 registra quase 10 mil casos em 2012.

04 É procedimento de guerra biológica. Quando as bactérias desenvolvem resistência a antibióticos, as
05 principais armas da batalha são água e sabão.

06 “Elas têm facilidade de adesão a superfícies. Consequentemente, a higienização, a limpeza, é o
07 único meio eficaz de erradicá-las”, ensina o médico infectologista Hugo Noal.

08 Em Chapecó, Santa Catarina, há duas semanas o Hospital Regional do Oeste descobriu que dois
09 pacientes graves da UTI, que vieram de outros hospitais da região, estavam contaminados com uma
10 superbactéria. Rapidamente, testou os outros que estavam ou estiveram na UTI.

11 “Foram realizados mais de 200 exames microbiológicos para que a gente possa separar aqueles que
12 estão colonizados pelo germe”, conta Noal.

13 Nessa varredura, mais seis pacientes contaminados foram isolados. Quatro tiveram alta nos últimos dias.

14 O perigo aqui é a *Acinetobacter baumannii*. Em pessoas saudáveis, ela não causa infecção. Mas em
15 doentes que estão com o sistema imunológico enfraquecido, internados em UTI, que respiram por
16 aparelhos, podem causar infecção generalizada.

17 Em Fortaleza, no Ceará, a mesma bactéria resistente contaminou a UTI do Hospital de Messejana. A
18 *Acinetobacter* agravou o quadro de saúde de sete pacientes, e eles morreram. Um infectado continua
19 em observação.

20 Uso indiscriminado de antibióticos preocupa

21 Só em 2012, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa, registrou quase 10 mil casos de
22 bactérias resistentes a remédios nas UTIs do país.

23 Já foram encontradas aqui todas as bactérias que constam de um alerta da Organização Mundial da
24 Saúde: elas provocam de pneumonia e diarreia até a gonorreia, uma doença sexualmente transmissível.
25 A OMS afirma que o uso indiscriminado de antibióticos pode levar a um retrocesso.

26 **Fantástico:** A gente pode voltar no tempo e ficar sem antibiótico para combater infecção, com
27 criança morrendo por pneumonia?

28 **Alberto Chebabo, presidente da Sociedade de Infectologia do RJ:** A gente hoje tem infecções
29 em que não consegue tratar com antibiótico, a gente voltou à era pré-antibiótico em 1950. E existe uma
30 grande chance de, nos próximos 10, 15 anos, se nada for feito, a gente perder esses antibióticos para
31 tratamento de várias infecções, de várias bactérias resistentes.

32 Denise teve uma infecção no seio, chamada de mastite, logo depois que o primeiro filho nasceu.
33 “Eram dores horríveis, direto. Fiquei mais de um mês tomando antibiótico e não fazia efeito nenhum”,
34 conta ela.

35 Não fazia efeito porque a bactéria era resistente a antibióticos. Identificada a bactéria, ela teve que
36 fazer uma cirurgia e remover todo o pedaço infectado na mama. Denise ficou completamente curada. E
37 pôde amamentar o segundo filho.

38 Como as bactérias ficam tão fortes

39 Mas como essas bactérias ficam tão fortes? A primeira causa é o uso exagerado de antibióticos.
40 Trilhões de bactérias circulam no corpo humano. Estão na pele, em todos os órgãos. No intestino, por
41 exemplo, ajudam na digestão. Elas só provocam doenças se a pessoa fica com a imunidade baixa. Há
42 também bactérias que podem fazer mal, nos objetos, nos alimentos, na água contaminada.

43 Quando a gente toma antibiótico, todas as bactérias, boas e ruins, diminuem. As mais frágeis
44 morrem primeiro. Se o tratamento é interrompido antes do prazo, as bactérias mais fortes continuam lá
45 - e ficam mais perigosas, porque nelas, o antibiótico não fará mais efeito.

46 “Então a bactéria pode ter resistência a um antibiótico, a dois antibióticos, ou a vários antibióticos e
47 se tornar uma bactéria difícil de tratar”, explica Chebabo.

Trecho de reportagem do Programa Fantástico.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/05/uso-indiscriminado-de-antibioticos-contribui-para-superbacterias.html>> Acesso em: 26 de maio de 2014.

01. A ideia central desse trecho da reportagem é:
- A) as bactérias são nocivas aos seres humanos.
 - B) os médicos não deveriam prescrever antibióticos.
 - C) os hábitos de higiene podem curar graves infecções.
 - D) algumas bactérias podem criar resistência a antibióticos.
 - E) os antibióticos são uma grande conquista da humanidade.
02. De acordo com o texto, algumas bactérias criam resistência a antibióticos quando:
- A) não adotamos alguns hábitos de higiene, como lavar as mãos, por exemplo.
 - B) estamos muito estressados e com o sistema imunológico bastante enfraquecido.
 - C) os médicos prescrevem o mesmo tipo de antibiótico para vários tipos de infecção.
 - D) morrem aquelas bactérias boas que vivem no intestino humano e ajudam na digestão.
 - E) é interrompido o tratamento com antibiótico antes da morte das bactérias mais fortes.
03. É uma característica típica do gênero reportagem que pode ser reconhecida no texto:
- A) a expressão de opiniões e sentimentos do autor sobre um determinado tema.
 - B) a exposição de informações obtidas em estudo e pesquisa sobre o tema tratado.
 - C) o relato breve e conciso dos fatos que marcaram o dia de uma dada comunidade.
 - D) a apresentação de normas e instruções que regulam o comportamento em sociedade.
 - E) a argumentação persuasiva usada pelo autor para convencer o leitor de uma opinião.
04. Quanto à linguagem utilizada no texto da reportagem, percebe-se:
- A) a organização das informações em uma única sequência narrativa.
 - B) o tratamento de conteúdos abstratos com verbos de crença e opinião.
 - C) o emprego da primeira pessoa do singular como marca de subjetividade.
 - D) o uso de uma linguagem erudita e formal, tal como se exige em texto escrito.
 - E) a utilização de discurso direto com uma referência às pessoas entrevistadas.
05. Em: “A OMS afirma que o uso indiscriminado de antibióticos pode levar a um retrocesso.” (linha 25), **um retrocesso** faz alusão:
- A) a um possível atraso das pesquisas na área de Biotecnologia.
 - B) a um possível erro nas prescrições médicas de antibióticos.
 - C) a uma possível involução no tratamento de doença bacteriana.
 - D) a um possível retorno à automedicação de alguns antibióticos.
 - E) a uma possível volta ao tempo das grandes epidemias históricas.
06. Em: “Fiquei mais de um mês tomando antibiótico e não fazia efeito nenhum” (linha 33), a relação semântica que pode ser inferida entre os conteúdos das orações ligadas pela conjunção “e” é:
- A) causa.
 - B) tempo.
 - C) contraste.
 - D) finalidade.
 - E) comparação.
07. A oração reduzida em destaque em: “**Identificada a bactéria**, ela teve que fazer uma cirurgia” (linhas 35-36), articula uma circunstância de:
- A) modo.
 - B) tempo.
 - C) condição.
 - D) conclusão.
 - E) concessão.
08. Em: “Elas têm facilidade de adesão **a superfícies**.” (linha 06), o termo em destaque tem função de:
- A) complemento nominal.
 - B) predicativo do sujeito.
 - C) adjunto adnominal.
 - D) adjunto adverbial.
 - E) objeto indireto.

09. Reescrevendo-se o trecho: “A gente hoje tem infecções em que não consegue tratar com antibiótico” (linhas 28-29) de acordo com a norma padrão da língua portuguesa, temos:
- A) Hoje, há infecções que a gente não consegue tratar com antibiótico.
 - B) Existe hoje infecções que a gente não se consegue tratar com antibiótico.
 - C) Hoje, a gente temos infecções as quais não consegue tratar com antibiótico.
 - D) A gente, hoje, tem infecções com que não conseguimos tratar com antibiótico.
 - E) Hoje, a gente encontra infecções que não consegue tratar delas com antibiótico.
10. Está de acordo com a norma padrão da língua portuguesa, a frase da alternativa:
- A) Existe também algumas bactérias que podem fazer muito mal.
 - B) Fazem mais de um mês que o paciente está tomando antibiótico.
 - C) Já foi listada as bactérias resistentes que provocaram muitas mortes.
 - D) Mais de um paciente contaminado com a bactéria foi isolado no hospital.
 - E) As bactérias podem, em doente com baixa imunidade, causarem infecções.

11. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no seu artigo 208, o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:
 - A) progressiva universalização do ensino fundamental.
 - B) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até 6 (seis) anos de idade.
 - C) Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, exclusivamente na rede regular de ensino.
 - D) atendimento ao educando, somente do ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte e alimentação.
 - E) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
12. Em relação à composição dos níveis escolares, a educação compõe-se de:
 - A) educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e educação superior.
 - B) Educação básica (formada pelo ensino fundamental e ensino médio) e ensino de graduação.
 - C) educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.
 - D) ensino médio, ensino de graduação e pós-graduação.
 - E) ensino médio e ensino de graduação.
13. O PNE (Lei nº 10.172/2001) estabelece que as universidades públicas têm um importante papel a desempenhar no sistema, seja na pesquisa básica e na pós-graduação *stricto sensu*, seja como padrão de referência no ensino de graduação. Além disso, cabe-lhe:
 - A) ofertar a formação de qualidade para os docentes da educação básica e do ensino superior, que atuam, com exclusividade, em instituições públicas.
 - B) cumprir o que estabelece o artigo 65 da LDB 9394/96, formando em nível de mestrado e doutorado os docentes que atuam na educação básica e no ensino superior.
 - C) cumprir com o que estabelece o § 2º do artigo 62-A da LDB sobre a atuação dos docentes na administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional na educação básica.
 - D) qualificar os docentes que atuam na educação básica e os docentes da educação superior que atuam em instituições públicas e privadas, para que se atinjam as metas previstas na LDB quanto à titulação docente.
 - E) qualificar o professor da educação infantil e do ensino fundamental, proporcionando-lhe, após a graduação, o ingresso automático em cursos de pós-graduação (nível de mestrado), garantindo assim o cumprimento da meta prevista na LDB, de até o ano de 2021 (ano que marca o fim da *Década da Educação*), 70% (setenta por cento) dos docentes terem obtido a titulação de Mestre.
14. No que diz respeito à organização da educação, é incumbência do Município, entre outras:
 - A) aplicar, no máximo 20% (vinte por cento) da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento da educação infantil.
 - B) aplicar, no máximo 20% (vinte por cento) da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental.
 - C) atuar com prioridade na educação infantil, oferecendo o ensino fundamental somente quando o estado assim não puder fazê-lo, podendo, excepcionalmente neste caso, aplicar em manutenção e desenvolvimento da educação infantil, menos do que o estabelecido pela Constituição Federal.
 - D) oferecer com prioridade a educação infantil e, somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência, ofertar o ensino fundamental, respeitando os percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal (Artigo 211) à manutenção e desenvolvimento do ensino.
 - E) oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

15. Entre as finalidades do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), apontadas pela Lei 10.861/2004, pode-se elencar:
- A) promover o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior.
 - B) construir os parâmetros de auto-avaliação do estudante do ensino médio público, com vistas à sua inserção automática no ensino superior.
 - C) elaborar, com base no planejamento estratégico, a missão e o plano de desenvolvimento das instituições públicas de ensino superior.
 - D) autorizar o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação e pós-graduação, em conformidade com o que exige a atual LDB (Artigo 72).
 - E) expandir a oferta do ensino superior público, prioritariamente nas regiões que apresentam maior distorção de formação em nível de graduação entre homens e mulheres.
16. O regime universitário no Brasil foi instituído:
- A) por meio do Decreto 21.241, de 14 de abril de 1932, durante a Reforma Gustavo Capanema.
 - B) após a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 4.024).
 - C) através do Decreto Nº 19.851, de 11 de abril de 1931, durante a Reforma Francisco Campos.
 - D) no documento elaborado pelos chamados pioneiros da educação (Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova).
 - E) por meio do Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, durante as reformas operadas pelo Governo Vargas no início da década de 1940.
17. O artigo 2º da Resolução CNE/CP Nº1, de 18 de fevereiro de 2002, estabelece que a organização curricular de cada instituição observará, além do disposto nos artigos 12 e 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente, entre as quais o preparo para:
- A) a conformação da prática aos momentos de estágio.
 - B) o cumprimento do artigo 91 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96).
 - C) o exercício de atividades profissionais relacionadas às necessidades imediatas do mercado.
 - D) o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores.
 - E) o uso do conteúdo como meio e suporte para a avaliação quantitativa da aprendizagem do aluno e da inovação tecnológica no âmbito da escola.
18. A organização do ensino superior em Universidade, no Brasil, por determinação do Governo Federal, remonta à primeira metade do século XX. A primeira Universidade a ser criada e organizada em conformidade com as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras foi:
- A) Universidade do Paraná.
 - B) Universidade de São Paulo.
 - C) Universidade de Porto Alegre.
 - D) Universidade de Minas Gerais.
 - E) Universidade do Distrito Federal.
19. No que se refere aos recursos financeiros destinados à educação, a LDB 9.394/96 estabelece que:
- A) a União aplicará, anualmente, nunca menos de treze, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento do Produto Interno Bruto (PIB), na manutenção e desenvolvimento do ensino público.
 - B) a União aplicará, anualmente, nunca menos de dez, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento do Produto Interno Bruto (PIB), na manutenção e desenvolvimento do ensino público e privado.
 - C) tendo como obrigação aplicar nunca menos de dez por cento do PIB, caberá à União realizar sua ação complementar, obedecendo, para tanto, a vinculação de recursos estabelecida no Artigo 209, inciso II, da Constituição brasileira (1988).
 - D) na aplicação dos percentuais estabelecidos pelo Artigo 214 da Constituição Federal (1988), não considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas.
 - E) a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

20. A educação superior brasileira tem, entre outras, a finalidade de:
- A) elaborar normas para o funcionamento dos cursos de ensino médio, graduação e pós-graduação.
 - B) estabelecer padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino médio, e realizar o cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.
 - C) desenvolver o pleno domínio da interpretação textual e do cálculo, visando à formação específica do profissional técnico para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
 - D) prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função supletiva.
 - E) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração.
21. Em conformidade com o que determina o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a função pública deve ser:
- A) pautada pela necessidade individual do servidor público, seguindo o princípio constitucional da conveniência.
 - B) tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público.
 - C) executada com a ciência de que o servidor público não deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores.
 - D) exercida com base no princípio constitucional da conveniência e da verdade como um direito cabível a uma parcela reduzida da sociedade.
 - E) desempenhada pelo servidor público consciente de que os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada em nada acrescentam ou diminuem o seu bom conceito na vida funcional.
22. Na primeira metade do século XX, a educação escolar figurou como um relevante componente no projeto de desenvolvimento do Brasil, o que exigiu do chamado Governo Provisório de Getúlio Vargas a tomada de importantes decisões, entre elas:
- A) elaboração e promulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.
 - B) criação das Escolas Normais, visando a formação de professores para a educação básica em expansão.
 - C) promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 4.024), em 20 de dezembro de 1947.
 - D) criação de novos ministérios, inclusive o Ministério da Educação e Saúde Pública, e do Conselho Nacional de Educação.
 - E) criação, em 1932, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, em 1937, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).
23. Sobre a formação e atuação do pedagogo é correto afirmar que:
- A) o licenciado em Pedagogia, no caso de sua formação ocorrer na modalidade normal, poderá atuar somente na educação infantil.
 - B) o curso de Licenciatura em Pedagogia restringe-se à formação de profissionais da educação para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
 - C) para a formação do licenciado em Pedagogia é central o conhecimento da escola como uma instituição complexa que tem como função única a promoção da educação profissional do estudante.
 - D) a Licenciatura em Pedagogia, etapa inicial da formação do professor, pode ser oferecida na modalidade normal, restringindo-se àqueles formados neste nível, o exercício do magistério na educação infantil e nos 3 (três) primeiros anos do ensino fundamental.
 - E) o curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se, entre outras coisas, à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.
24. A elaboração do Plano Nacional de Educação é incumbência:
- A) do Conselho Nacional de Educação.
 - B) exclusiva da União e do Distrito Federal.
 - C) da União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - D) exclusiva dos sistemas municipais de ensino, articulados na Conferência Nacional de Educação (CONAE), respeitadas as peculiaridades locais.
 - E) dos sistemas de ensino dos estados e do Distrito Federal, necessitando, para tanto, que o Documento Base seja encaminhado pela Presidência da República, com antecedência mínima de 2 (dois) anos do início da vigência do Plano.

25. É dever fundamental do servidor público civil do Poder Executivo Federal.
- A) instruir e fundamentar o desvio de servidor público para o atendimento a interesse particular.
 - B) dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana.
 - C) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
 - D) usar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para procrastinar o exercício regular de direito por qualquer pessoa.
 - E) alterar ou desnaturar, com base no princípio constitucional da conveniência privada, o teor de documentos que deva encaminhar para providências.
26. O estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena é obrigatório, segundo a LDB 9.394/96:
- A) apenas nos estabelecimentos públicos de ensino médio, nos anos iniciais desta etapa.
 - B) nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.
 - C) para os estabelecimentos de educação infantil e ensino fundamental, públicos e privados.
 - D) na educação infantil e ensino fundamental, exclusivamente em estabelecimentos públicos.
 - E) somente para os estabelecimentos públicos de ensino fundamental, nos anos finais desta etapa.
27. De forma geral, entende-se a educação como um complexo que se concretiza no conjunto das relações que os homens/mulheres estabelecem entre si ao longo da história e que, portanto, cada período histórico pode apresentar à educação distintos aspectos que a direcionam. Com base nesta assertiva, é correto afirmar que:
- A) a formação para a cidadania enquanto finalidade da educação, fica restrita ao ensino fundamental.
 - B) inexiste, na educação contemporânea, qualquer vinculação entre ensino escolar e o mundo do trabalho.
 - C) o pleno desenvolvimento do educando e sua qualificação para o trabalho são finalidades da educação brasileira.
 - D) a escola tornou-se tão central na sociedade contemporânea a ponto da formação do indivíduo ser objeto exclusivo de sua competência.
 - E) a educação básica pública, no Brasil, não é obrigatória, especialmente pelo fato do Estado brasileiro ter assumido os princípios do que se convencionou chamar Neoliberalismo.
28. A estrutura curricular do Curso de Pedagogia (Licenciatura), considerando-se a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, deverá constituir-se de:
- A) um núcleo de estudos básicos; um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos; e um núcleo de estudos integradores.
 - B) um núcleo de aprofundamento (conforme o interesse dos alunos), para o qual serão dedicadas 360 horas de efetivo trabalho acadêmico; e um núcleo diversificado de estudos sobre a educação infantil.
 - C) dois núcleos apenas: um de estudos básicos e outro de aprofundamento (conforme o interesse dos alunos), distribuídos num total de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, das quais, 360 horas serão dedicadas ao Estágio Supervisionado.
 - D) um núcleo diversificado de estudos sobre a educação infantil, que fará parte da base comum do currículo (opcional para o aluno); e outro de aprofundamento transdisciplinar, com duração mínima de 560 horas anuais, distribuídas em 100 dias letivos.
 - E) um núcleo de Estágio Supervisionado, para o qual serão dedicadas 320 horas de efetivo trabalho acadêmico; um núcleo de estudos integradores; um núcleo de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas do interesse dos alunos (mínimo de 300 horas); um núcleo de seminários e estudos curriculares visando à produção de material didático.
29. Na organização da educação nacional, entre outras, são consideradas modalidades da educação e de ensino:
- A) a educação de jovens e adultos (EJA); a educação especial; e a educação do campo.
 - B) a educação indígena; a educação de gênero; a pós-graduação, em nível de aperfeiçoamento.
 - C) a educação de gênero; a educação para o empreendedorismo; e a educação para a igualdade racial.
 - D) a educação urbana e do campo; a pós-graduação, em nível de aperfeiçoamento; a educação de gênero e a educação de jovens e adultos (EJA).
 - E) a educação indígena; a pós-graduação, em nível de aperfeiçoamento; e a educação de crianças com necessidades especiais, oferecida, com exclusividade, na rede pública.

30. Consta no Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), que “a melhoria da qualidade do ensino, que é um dos objetivos centrais do Plano Nacional de Educação, somente poderá ser alcançada se for promovida, ao mesmo tempo, a valorização do magistério. Sem esta, ficam baldados quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em cada um dos níveis e modalidades do ensino. Essa valorização só pode ser obtida por meio de uma política global de magistério, a qual implica, simultaneamente”:
- A) “a formação inicial em regime integral; a ampliação do campo de atuação profissional; a universalização da pós-graduação”.
 - B) “a formação profissional inicial; as condições de trabalho, salário e carreira; a formação continuada”.
 - C) “a formação inicial; a ampliação do campo de atuação profissional; a progressão dos professores da educação básica das redes escolares públicas urbanas para o regime de tempo integral”.
 - D) “a ampliação do campo de atuação profissional; o estabelecimento do Piso Nacional Salarial para os professores que atuam nos sistemas municipais de ensino; a formação inicial em regime integral”.
 - E) “a criação de conselhos que garantam a participação dos professores nas decisões escolares; a progressão dos professores de educação básica das redes escolares públicas e privadas, urbanas e do campo, para o regime de tempo integral”.
31. A educação superior abrange os seguintes cursos e programas:
- A) de extensão; cursos sequenciais por campo de saber; de graduação; de pós-graduação.
 - B) de graduação; de extensão; e os ofertados na modalidade de nível técnico (respeitadas as exigências da Resolução Nº 58/2009 da CAPES).
 - C) de pós-graduação; de graduação; e os ofertados na modalidade de nível técnico (respeitadas as exigências da Resolução Nº 58/2009 da CAPES).
 - D) aqueles ofertados na modalidade à distância; e os ofertados na modalidade de nível técnico (respeitadas as exigências da Resolução Nº 58/2009 da CAPES).
 - E) os ofertados na modalidade de nível técnico (respeitadas as exigências da Resolução Nº 58/2009 da CAPES); de complementação dos estudos (restrita a oferta àqueles que atendam ao estabelecido pelo Artigo 46 da LDB 9.394/96); de graduação; de pós-graduação.
32. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal informa que:
- A) o servidor público deverá exercer sua função com base no princípio da representatividade e da conveniência individual.
 - B) o atraso na prestação de contas e na execução do serviço, é aceitável, caso o servidor público esteja a serviço de instituição particular.
 - C) o equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.
 - D) o servidor público pode ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração ao Código de Ética de sua profissão.
 - E) para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público, exclusivamente, todo aquele que, por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente.
33. Ao longo de sua história, a educação escolar brasileira vivenciou distintas tendências pedagógicas que, em linhas gerais, vincularam-se às necessidades do período político e social atravessado pelo país. Neste sentido, o regime militar, instaurado no Brasil na segunda metade do século XX e que perdurou por cerca de duas décadas, foi responsável pela incorporação, na organização do ensino brasileiro, de um conjunto de ideias pedagógicas conhecidas como:
- A) pedagogia libertadora, baseada no ideário da formação para a cidadania e nacionalidade brasileiras.
 - B) pedagogia social, inspirada no pressuposto da operacionalização e da pós-modernidade científica.
 - C) pedagogia nova, baseada nos princípios da emancipação humana e no pressuposto da neutralidade científica e do desenvolvimentismo.
 - D) pedagogia tecnicista, baseada no pressuposto da neutralidade científica e nos princípios de racionalidade; eficiência e produtividade.
 - E) pedagogia da alternância, que tinha como princípio a vinculação entre o tempo escola (período de estudo teórico) e o tempo empresa (período de prática).

34. Segundo o Censo da Educação Superior brasileira, realizado pelo INEP em 2010, o Brasil contava com 6.447.490 estudantes matriculados em instituições de ensino superior, públicas e privadas. No que diz respeito ao financiamento para o ensino de graduação, é correto afirmar que:
- A) as instituições privadas, sob nenhuma hipótese, poderão receber recursos públicos.
 - B) os recursos públicos, em sua grande maioria, são destinados às escolas particulares em formato de bolsas e isenções.
 - C) o PNE estabelece como meta que o salário-educação, até 2021, deverá ser a principal fonte de recurso público destinado ao financiamento do ensino de graduação.
 - D) caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.
 - E) a Emenda Constitucional Nº 14/2007 determina que o financiamento para as instituições de ensino de graduação deverá atingir, até o ano de 2021, o percentual mínimo de 18% (dezoito por cento) dos recursos da União.
35. Fica estabelecido, a partir da LDB 9.394/96, que “a formação de docentes para atuar na educação básica”:
- A) “far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura e bacharelado, de graduação, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos anos finais do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal”.
 - B) “far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima, somente para o exercício do magistério na educação infantil, a oferecida em cursos de graduação de curta duração (1.800 h/a) e em nível médio na modalidade técnica”.
 - C) far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal.
 - D) “far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério nos anos finais do ensino fundamental e no primeiro ano do ensino médio, a oferecida em nível médio na modalidade normal”.
 - E) “far-se-á em nível superior, em curso de bacharelado, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil, nos anos finais do ensino fundamental e no primeiro ano do ensino médio, a oferecida em nível médio na modalidade técnica”.
36. Considerando-se o pedagogo um profissional da educação, sua atuação:
- A) fica restrita ao atendimento em pré-escolas públicas e privadas.
 - B) é exclusivamente voltada para a escola, prioritariamente na educação infantil.
 - C) pode ser exercida em diferentes segmentos, em espaços escolares e não escolares.
 - D) continua restrita à escola, mas deixa de ser exclusiva na educação infantil, podendo atuar também nas séries iniciais do ensino fundamental.
 - E) apesar de permanecer restrita à escola, pode ser exercida na administração e planejamento da instituição de ensino à qual está vinculado.
37. A educação brasileira foi marcada por reformas que reorganizaram, em sentido amplo, a estrutura educacional. Uma dessas reformas ficou conhecida como Leis Orgânicas do Ensino, promulgadas durante o Ministério de:
- A) Lourenço Filho.
 - B) Valnir Chagas.
 - C) Anísio Teixeira.
 - D) Francisco Campos.
 - E) Gustavo Capanema.

38. As normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação no Brasil encontram-se estabelecidas em leis e resoluções, entre as quais estão:
- A) Resolução CNE/CEB Nº 2/2004; e Resolução CNE/CES Nº 1/2007.
 - B) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9.394/96; e Resolução CNE/CEB Nº 4/2001.
 - C) Resolução MEC Nº 19/2008; Parecer CNE/CEB Nº 5, de 29 de janeiro de 2002; e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4.024/71).
 - D) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9.394/96; Resolução CNE/CES Nº 1/2001; e Resolução CNE/CES Nº 1/2007.
 - E) Resolução CES Nº 29, de 2 de fevereiro de 2002; Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004; Constituição Federal do Brasil, de 1988; e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (5.692/71).
39. A Comissão de Ética Pública-CEP, que compõe o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, será integrada por sete brasileiros que preencham os requisitos de idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em administração pública, designados:
- A) pelo Senado Federal, para mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida mais de uma recondução.
 - B) pelo Presidente da República, para mandatos de três anos, não coincidentes, permitida uma única recondução.
 - C) Pelo Congresso Nacional, para mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida uma única recondução.
 - D) pelo Congresso Nacional, com indicação máxima de três membros feita pelo Presidente da República, para mandatos de quatro anos, coincidentes, permitida mais de uma recondução.
 - E) pela Câmara dos Deputados, com indicação máxima de quatro membros feita pelo Presidente da República, para mandatos de quatro anos, coincidentes, permitida mais de uma recondução.
40. A educação profissional e tecnológica:
- A) integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.
 - B) enquanto modalidade da educação e do ensino, fica restrita ao ensino médio e, quando ofertada em nível técnico, será efetivada somente na modalidade à distância.
 - C) será ofertada com exclusividade na modalidade à distância àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
 - D) enquanto modalidade da educação e do ensino, fica restrita aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio e será efetivada à distância para aqueles que a ela não tiveram acesso em idade própria.
 - E) quando ofertada em nível técnico, será efetivada somente na modalidade à distância, sendo sua oferta garantida com exclusividade àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
41. Os sistemas municipais de ensino compreendem:
- A) as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal; as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal; os órgãos municipais de educação.
 - B) as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal; as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada; os órgãos municipais de educação.
 - C) as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal; as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada; as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal; os órgãos municipais de educação.
 - D) as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal; as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada; as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal; os órgãos municipais de educação.
 - E) as instituições do ensino fundamental e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal; as instituições de ensino fundamental criadas e mantidas pela iniciativa privada; as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal; os órgãos municipais de educação.

42. Sobre características do ensino superior brasileiro, o texto da LDB 9.394/96 (Art. 52) assevera que: “As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por”:
- A) produção intelectual especializada, relacionada a temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; um quinto do corpo docente, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; um quinto do corpo docente em regime de 40 horas.
 - B) produção intelectual especializada, mediante o estudo assistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; um quarto do corpo docente, com titulação acadêmica de mestrado; um quarto do corpo docente em regime parcial de 20 horas.
 - C) produção intelectual especializada, relacionada a temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; um quinto do corpo docente, com titulação acadêmica de mestrado e um quarto com titulação de doutorado; um quinto do corpo docente em regime de 40 horas.
 - D) produção intelectual institucionalizada mediante o estudo assistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; máximo de um quarto do corpo docente, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; um quarto do corpo docente em regime de tempo integral.
 - E) produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; um terço do corpo docente em regime de tempo integral.
43. Visando à apuração de infração ética imputada a agente público, órgão ou setor específico de ente estatal, a atuação da Comissão de Ética Pública (CEP) poderá ser provocada:
- A) por pessoa jurídica de direito privado; associação ou entidade de classe.
 - B) com exclusividade pela Comissão de Ética do Senado Federal, em sessão própria.
 - C) com exclusividade pela Comissão de Ética da Câmara dos Deputados, em sessão própria.
 - D) exclusivamente pelo Presidente da República, exigida a publicação de Decreto específico para este fim.
 - E) exclusivamente pelo Presidente da República, sem a necessidade da publicação de Decreto específico para este fim.
44. A partir da expansão da pós-graduação no Brasil, efetivaram-se estratégias de fomento a este segmento do ensino superior, figurando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como duas das agências de fomento mais representativas. Neste sentido, são exemplos de programas criados e/ou ampliados no âmbito da CAPES:
- A) Programa de Expansão de Mestrados e Doutorados (EMD); Programa de Excelência da Pós-Graduação (PROEX); Programa de Apoio Didático ao Ensino Superior (PADES).
 - B) Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP); Programa de Excelência da Pós-Graduação (PROEX); Programa de Demanda Social (DS); e Programa de Fomento à Pós-Graduação (PROF).
 - C) Programa de Demanda Social (DS); Programa de Apoio Didático ao Ensino Superior (PADES); Programa de Excelência da Pós-Graduação (PROEX); Programa de Avaliação e Classificação da Pós-Graduação (PAC-PG).
 - D) Programa de Apoio Didático ao Ensino Superior (PADES); Programa de Demanda Social (DS); Programa de Fomento à Pós-Graduação (PROF); Programa de Avaliação e Classificação da Pós-Graduação (PAC-PG).
 - E) Programa de Iniciação à Pesquisa e à Docência (IPD); Programa de Expansão de Mestrados e Doutorados (EMD); Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP); e Programa de Excelência da Pós-Graduação (PROEX).
45. A Educação Especial, reconhecida como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, é um dever constitucional do Estado e sua oferta tem início:
- A) na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.
 - B) na faixa etária de sete a treze anos, durante o ensino fundamental.
 - C) na faixa etária de 9 a 17 anos, durante o ensino fundamental e médio.
 - D) somente a partir dos seis anos, estendendo-se a todo ensino fundamental e médio.
 - E) somente a partir dos quatro anos (início da escolaridade obrigatória), na pré-escola.

46. De acordo com o que rege a LDB 9.394/96, visando a consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, são consideradas como despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas que se destinam a:
- A) remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas.
 - B) obras de infra-estrutura realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar; uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis inclusive diplomatas.
 - C) obras de infra-estrutura realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar; concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas; formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis inclusive diplomatas.
 - D) aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar; subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural; obras de infra-estrutura realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar.
 - E) remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação; realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino; programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social.
47. Segundo a Lei 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES):
- A) a avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 6 (seis) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.
 - B) a avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 4 (quatro) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.
 - C) a avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 7 (sete) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.
 - D) a avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 3 (três) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.
 - E) a avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.
48. À medida que o quadro social, político e econômico do início do século vinte se desenhava, a educação começou a se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do País. Neste sentido, prolongaram-se os debates sobre a construção de um Plano Nacional de Educação, questão que ocupou lugar tanto entre os chamados Pioneiros da Educação Nova quanto no próprio Governo da época. O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em:
- A) 1934, no decurso das reformas efetivadas pelo ministério de Francisco Campos.
 - B) 1937, após a promulgação da Constituição outorgada pelo presidente Getúlio Vargas.
 - C) 1946, criado pelo Governo através do Decreto-Lei Nº 8.621.
 - D) 1962, na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
 - E) 1971, amparado no artigo 18, incisos II a V, da Lei 5.692/71.
49. Uma das regras comuns que fundamenta a organização da educação básica, no ensino fundamental e médio, estabelece que:
- A) a carga horária anual será de oitocentas horas, distribuídas em cento e oitenta dias de efetivo trabalho escolar, já incluído o tempo reservado aos exames finais.
 - B) a carga horária mínima anual será de seiscentas horas, distribuídas em cento e oitenta dias de efetivo trabalho escolar, já incluído o tempo reservado aos exames finais.
 - C) a carga horária anual será de seiscentas e oitenta horas, distribuídas em cento e noventa dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais.
 - D) a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
 - E) a carga horária anual será de setecentas e setenta horas, distribuídas por um mínimo de cento e oitenta dias de efetivo trabalho escolar, já incluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

50. O Decreto 1.171, de 1994, descreve que: “Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura”.

Cada Comissão de Ética de que trata o Decreto Nº 1171, de 1994, será integrada por:

- A) Cinco membros titulares e cinco suplentes, escolhidos entre servidores e empregados do seu quadro permanente, e designados pelo Presidente da República, para mandatos não coincidentes de quatro anos.
- B) Seis membros titulares e quatro suplentes, escolhidos entre servidores e empregados do seu quadro permanente, e designados pelo Presidente da República, para mandatos não coincidentes de dois anos.
- C) Quatro membros titulares e dois suplentes, escolhidos entre servidores e empregados do seu quadro permanente, e designados pelo dirigente máximo da respectiva entidade ou órgão, para mandatos não coincidentes de dois anos.
- D) Dois membros titulares e dois suplentes, escolhidos entre servidores e empregados do seu quadro permanente, e designados pelo dirigente máximo do Estado brasileiro, para mandatos não coincidentes de quatro anos.
- E) Três membros titulares e três suplentes, escolhidos entre servidores e empregados do seu quadro permanente, e designados pelo dirigente máximo da respectiva entidade ou órgão, para mandatos não coincidentes de três anos.